



GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

ISSN 2177-3688

REFLEXÕES ACERCA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO-RAÇA-CLASSE NAS TRAJETÓRIAS DAS PESSOAS BIBLIOTECÁRIAS

REFLECTIONS ON GENDER-RACE-CLASS RELATIONS IN THE TRAJECTORIES OF LIBRARIANS

Hugo Avelar Cardoso Pires – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Claudio Paixão Anastácio de Paula – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O presente artigo discute as maneiras pelas quais a interseccionalidade se apresenta na profissão bibliotecária através de sistemas de opressão baseados na tríade gênero-raça-classe. Buscando compreender se seria possível identificar os aspectos interseccionais de opressão e relações de poder de raça-classe-gênero que buscaram hierarquizar essas pessoas ao longo de suas trajetórias, esta reflexão teve como objetivo verificar a existência dessas relações nas falas de 5 (cinco) de um total de 13 (treze) pessoas formadas em Biblioteconomia na Universidade Federal de Minas Gerais em diferentes períodos que foram entrevistadas em profundidade no ano de 2022, durante uma pesquisa de doutoramento e que foram analisadas utilizando-se a Análise do Crítico do Discurso (ACD). Utilizando-se de autores voltados para a problematização das noções de gênero, classe e raça como marcadores hierarquizantes das pessoas, os resultados apontam para a confirmação dessa hierarquização. Isso evidencia o fato de que esse fator que não deve ser ignorado nas análises de vida das pessoas que constroem e sustentam a Biblioteconomia – enquanto profissão e enquanto área do conhecimento – e que, numa sociedade alicerçada sobre relações desiguais de gênero-raça-classe, ainda que as pessoas se conformem e ocupem os espaços a elas pré-determinados, outros marcadores irão atuar para hierarquizá-las e classificá-las, fazendo com que elas continuem tendo que lidar com situações de preconceito e discriminação.

Palavras-chave: gênero; classe; raça; Biblioteconomia

Abstract: This article discusses the ways in which intersectionality is presented in the library profession through systems of oppression based on the gender-race-class triad. Seeking to understand whether it would be possible to identify the intersectional aspects of oppression and power relations of race-class-gender that sought to hierarchize these people throughout their trajectories, this reflection aimed to verify the existence of these relations in the speeches of 5 (five) of a total of 13 (thirteen) people trained in Library Science at the Federal University of Minas Gerais in different periods who were interviewed in depth in the year 2022, during a doctoral research and which were proven using Critical Discourse Analysis (CDA). Using specific authors to problematize the notions of gender, class and race as hierarchical markers of people, the results point to the confirmation of this hierarchy. This highlights the fact that this factor should not be ignored in the analysis of the lives of people who build and sustain Librarianship – as a profession and as an area of knowledge – and that, in a society based on unequal gender-race-class relations, Even if people conform and occupy the spaces pre-determined for them, other markers will act to hierarchize and classify them, meaning that they will continue to have to deal with situations of prejudice and discrimination.

Keywords: gender; class; race; Librarianship

1 INTRODUÇÃO

Os sistemas de opressão baseados na tríade gênero-raça-classe¹ atuam na vida das pessoas das mais diferentes formas, hierarquizando-as e determinando quais corpos terão mais privilégios sociais e quais terão mais dificuldades, tanto em relação a oportunidades quanto a direitos básicos, como os de Educação, de trabalho, de ir e vir livremente.

No acesso à Educação, por exemplo, estes sistemas fazem com que as mulheres escolham, muitas vezes, profissões que se inserem dentro da lógica da divisão sexual do trabalho e que estejam associadas às noções de cuidado, presteza e outras características associadas historicamente ao feminino e que, em uma sociedade marcada pela valorização do que é associado ao masculino, leva estas profissões a gozarem de menor prestígio social e menor remuneração.

Ao longo dos anos, houve uma busca maior das mulheres por escolaridade, mas a despeito de ocuparem em maior número os bancos universitários e de estarem mais qualificadas, dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2021) e baseadas em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) realizada pelo IBGE, mostram que, em 2020, mesmo com Ensino Superior, elas seguiam ganhando menos que os homens. O salário médio de uma mulher graduada no país era de 3.999 reais, ante 6.363 reais do salário dos homens.

Quando se lança o olhar para as diferenças de raça no mercado de trabalho, fica mais claro o quão desiguais são as oportunidades e as relações de trabalho. Dados do mesmo DIEESE do segundo trimestre de 2021, mostram que somente 2,2% dos homens negros empregados no período ocupavam cargos de direção, enquanto o número de homens não-negros era de 6,4%. Entre as mulheres, estes números eram de 1,9% para as negras e 5,0% para as não-negras. Ainda segundo a mesma pesquisa, o rendimento médio de uma mulher não-negra no Brasil no período era de R\$ 2.674, enquanto uma mulher negra recebia em média R\$ 1.617, ou 60,47% do salário de uma mulher não-negra. Em relação aos homens, os negros recebem em média R\$ 1.968 ou 52,6% do rendimento médio de um homem não-

¹ As referências aos sistemas de opressão gênero-raça-classe serão apresentadas, ao longo deste trabalho, grafadas com hífen, por compreendermos que não há hierarquia e que existe uma ligação direta entre eles. Também é modificada, ao longo do trabalho, a ordem em que estes elementos aparecem na expressão.

negro, que é, em média, de R\$ 3.471 (DIEESE, 2021). Assim, as relações de gênero no mundo do trabalho operam em conjunto com as relações desiguais de raça, uma vez que mulheres e homens não-negras/os possuem rendimento médio superior às pessoas negras.

A profissão bibliotecária foi marcada ao longo da sua história não só pelas relações de gênero – tendo se tornado uma profissão notadamente feminilizada (PIRES, 2016) – mas também pelas relações de classe e raça. Neste contexto, as trajetórias das pessoas que atuam e atuaram na área foram marcadas por essas relações de poder que aparecem em diversos momentos da vida, como o da escolha profissional, os direcionamentos de formação e nas relações com colegas de trabalho, por exemplo.

Este artigo apresenta um recorte de pesquisa doutoral que buscou identificar de quais formas as relações de gênero atuaram na vida de pessoas formadas em Biblioteconomia na Universidade Federal de Minas Gerais em diferentes períodos. Foram realizadas 13 (treze) entrevistas em profundidade no ano de 2022 com bibliotecárias/os que demonstraram, em suas falas, aspectos interseccionais de opressão e relações de raça-classe-gênero que buscaram hierarquizar-las ao longo do tempo.

Para análise das entrevistas foi utilizada a Análise Crítica do Discurso (ACD), que se caracteriza por demonstrar como as relações de poder aparecem nas relações sociais e nas falas das pessoas, demonstrando como os discursos podem ser elementos que servem para difusão do poder, para o controle social e na manutenção das relações desiguais de poder. Segundo Iran Melo (2009), a ACD se encarrega de compreender o objeto de análise não somente da língua, mas dos aspectos relacionados a ela, como as relações de poder, a institucionalização das identidades, a consciência ideológica etc. Assim, os estudos que utilizam tal metodologia, buscam não só desvelar as relações intrínsecas entre as relações de poder, os discursos e as práticas dos sujeitos na sociedade, mas ser instrumentos de mudança social.

O perfil de pessoas entrevistadas que aparecem neste trabalho são:

- **Beatriz**, de 66 anos, se autodeclara branca, é heterossexual, viúva e possui três enteados. Formou-se em Biblioteconomia em 1977 e atualmente está aposentada, mas atuou durante a maior parte da sua vida profissional como bibliotecária na área de saúde, em hospitais e clínicas médicas da cidade de Belo Horizonte. Após formada, chegou a cursar as disciplinas de mestrado, mas não chegou a concluí-lo;

- **Tereza**, possui 73 anos, se autodeclara parda, é heterossexual, casada e possui duas filhas. Graduou-se em 1977 e antes de se aposentar, atuou em uma biblioteca universitária durante toda a sua vida profissional. Não possui pós-graduação;
- **Carmen** é heterossexual, casada e possui um filho pequeno. Se autodeclara como parda tem 42 anos e atualmente é servidora pública, atuando em uma biblioteca universitária na área da saúde. Possui graduação em Biblioteconomia e Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação. Já atuou em bibliotecas escolares e públicas antes da aprovação no concurso público para a vaga que ocupa agora;
- **Ellen** tem 35 anos, se autodeclara como preta, é heterossexual, casada, e não possui filhos. Graduou-se em 2010 e atuava até um mês antes da realização da entrevista como bibliotecária especializada em saúde, na sede de um plano de saúde, tendo deixado este emprego para ocupar uma vaga nas Forças Armadas. Possui especialização em Gestão Estratégica da Informação, mestrado em Ciência da Informação, e atualmente cursa doutorado em Gestão e Organização do Conhecimento.
- **Marco Aurélio** tem 30 anos, se autodeclara como preto, é heterossexual, casado, e não possui filhos. Formou-se em Biblioteconomia no ano de 2012 e atualmente é servidor público em uma biblioteca universitária especializada na área de saúde. Possui especialização e está cursando doutorado em Ciência da Informação

Assim, este trabalho tem como objetivo demonstrar como as relações de classe-gênero-raça atuaram na vida das pessoas bibliotecárias e são apresentados alguns trechos que demonstram estas relações nas falas das pessoas entrevistadas. Antes da apresentação e análise das entrevistas, far-se-á uma discussão acerca de como gênero, classe e raça são marcadores sociais hierarquizantes, inseridos na lógica das relações de poder, bem como de quais maneiras a interseccionalidade se apresenta na profissão bibliotecária.

2 GÊNERO, CLASSE E RAÇA COMO MARCADORES HIERARQUIZANTES DAS PESSOAS

As relações desiguais de gênero estão alicerçadas nas diferenciações atribuídas a mulheres e homens, onde há uma sobrevalorização da diferenciação biológica – macho e fêmea – e a atribuição de papéis e funções sociais distintas para ambos os gêneros na sociedade (MATHIEU, 2009; FREITAS; DANTAS, 2012). As atividades, desta forma, são

diferenciadas conforme o que socialmente é “destinado” aos homens realizarem e outras tantas às mulheres, sendo as primeiras ligadas aos trabalhos e atividades realizadas no âmbito público e as segundas ao âmbito privado. Nas palavras de Nicole-Claude Mathieu (2009)², o gênero

[...] se manifesta materialmente em duas áreas fundamentais: 1) na divisão sociosexual do trabalho e dos meios de produção, 2) na organização social do trabalho de procriação, em que as capacidades reprodutivas das mulheres são transformadas e mais frequentemente exacerbadas por diversas intervenções sociais (MATHIEU, 2009, p. 223).

Estando também inscritas nas relações de poder, e se apoiando em discursos para se difundir e penetrar na vida das pessoas – dentro de uma visão foucaultiana do poder em sua relação com os discursos (FOUCAULT, 1995) – as relações de gênero atuam na construção das identidades pessoais. As identidades generificadas³, serão, neste sentido, construídas pelos indivíduos desde a infância. Docilidade, feminilidade, delicadeza, obediência à autoridade do pai ou do marido são atitudes esperadas das mulheres, atitudes estas que devem coincidir com a noção de feminilidade e que se ligam à idealização de uma “mulher perfeita”. Dos homens, são aguardadas ações de virilidade, exibição de poder físico, não demonstração de sentimentalidades e posicionamento como guardiões da família e da sociedade (PIRES, 2022). Na construção das identidades, a masculinidade é tomada como referência e as mulheres são vistas em relação e referência ao homem, considerado como sujeito absoluto (BEAUVOIR, 2009; BERALDO, 2014).

A construção destas identidades generificadas e das expectativas criadas em torno do comportamento de mulheres e homens na sociedade também irão atuar em outras esferas da vida social, como no mundo do trabalho. Certas atividades laborais são, assim, mais ocupadas por um gênero ou por outro em função das noções que estas atividades carregam consigo e que se ligam às relações de gênero. A divisão sexual do trabalho, desta forma, se apoia na maior valoração dada às atividades ligadas ao masculino e na imputação do trabalho produtivo aos homens e na atribuição do trabalho doméstico às mulheres (HIRATA; KERGOAT, 2007).

2 Optou-se, neste trabalho, por apresentar sempre o primeiro nome de uma/um autora/autor quando ela/e for citada/o de forma indireta, destacando e dando visibilidade para autoras e autores que serviram de embasamento bibliográfico para a construção deste trabalho.

3 O termo “generificação” vem sendo utilizado dentro dos Estudos de Gênero para explicitar os processos pelos quais as relações sociais, de trabalho e as práticas cotidianas são marcadas pelo gênero. Neste trabalho, ao se utilizar o termo, busca-se explicitar como os processos foram marcados pelas relações de gênero.

No mundo do trabalho, as relações de gênero e as construções destas identidades pela sociedade levam a definição de que certos papéis e certas profissões são mais destinadas às mulheres e, outras, destinadas aos homens. Desse modo, a divisão sexual do trabalho, funda-se a partir da diferenciação criada entre o masculino e o feminino e da valorização do primeiro em relação ao segundo, onde o trabalho masculino “vale” mais que o trabalho feminino e onde há a imputação do trabalho produtivo aos homens e a atribuição do trabalho doméstico às mulheres (HIRATA; KERGOAT, 2007). Para Maria Mies (1988), o enfoque biológico dado à designação de trabalhos masculinos e femininos traz a noção de que as tarefas são simplesmente divididas entre homens e mulheres, o que mascara que as tarefas masculinas sejam sempre consideradas mais importantes (racionais, planejadas, produtivas) do que as femininas, sempre designadas pela natureza da mulher (ligadas à manutenção da vida e aos aspectos reprodutivos) (MIES, 1988).

Dentro da sociedade capitalista, o sistema de opressão do gênero não é o único marcador que diferencia e hierarquiza as pessoas. Junto com outros marcadores como de classe e raça, ele opera em conjunto para privilegiar certos corpos e subalternizar outros. Neste sentido, o conceito de interseccionalidade vem demonstrar como as opressões na sociedade são construídas através de outros marcadores que não somente o de gênero e como eles operam em conjunto. Nas palavras de Carla Akotirene (2020, p. 19), a interseccionalidade:

[...] visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.

O racismo e a opressão de classe, operando em conjunto com o gênero, criam diferenças de oportunidades, de tratamento, de acesso a determinados espaços e locais entre mulheres e homens, entre homens brancos e negros, entre mulheres brancas e negras, entre mulheres e homens brancas/os e mulheres e homens negras/os das classes dominantes ou das classes trabalhadoras.

Para Márcia Valentin (2022), o sistema sob o qual a sociedade brasileira foi fundada criou uma particularidade corpórea silenciada, estigmatizada e racializada através do tempo, chamando-a de “negra”. A articulação entre os marcadores de raça, classe, gênero e localização global fez com que as mulheres negras fossem assujeitadas e inferiorizadas no

mercado de trabalho em razão de sua raça, fetichizadas e sexualizadas com relação a seus corpos e enfrentassem a solidão com relação ao afeto.

A interseccionalidade, neste sentido, vem rejeitar os determinismos e essencialismos e a criação de sujeitos universais, demonstrando que as matrizes de opressão atuam diferentemente na vida das pessoas. Djamilia Ribeiro (2018) discute, a partir do pensamento de Grada Kilomba (2012)⁴, que não há como se fazer uma universalização das categorias, pois os sistemas de opressão operam de formas diferentes sobre os corpos e que a realidade dos homens negros, por exemplo, não é a mesma dos homens brancos e que eles são vítimas do racismo, estando abaixo das mulheres brancas na pirâmide social. Desse modo:

Nem toda mulher é branca, nem todo negro é homem, nem todas as mulheres são adultos heterossexuais, nem todo adulto heterossexual tem locomoção política, visto as geografias do colonialismo limitarem as capacidades humanas (AKOTIRENE, 2020, p. 45).

Para melhor compreensão acerca da interseccionalidade na vida das pessoas entrevistadas, torna-se necessária uma reflexão acerca de como as relações de classe-raça-gênero se apresentam na profissão bibliotecária. Este é o objetivo da próxima seção.

3 INTERSECCIONALIDADE E A PROFISSÃO BIBLIOTECÁRIA

No Brasil, a profissão bibliotecária atraiu, ao longo da sua história, um grande contingente de mulheres para seus cursos formadores e para a profissão. Hugo Pires e Lígia Dumont (2016) levantaram o número de pessoas formadas em Biblioteconomia de 12 cursos brasileiros e demonstraram que 84,42% (10.921 de 12.935) das pessoas formadas, durante as décadas de atuação desses cursos, eram mulheres. Os dados do Censo Brasileiro da Biblioteconomia, realizado pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB) demonstram, no mês de julho de 2023, que das 4.631 pessoas respondentes, 3.469 se identificam com o gênero feminino, representando 74,91% das pessoas respondentes.

Cabe ressaltar, no entanto, que o movimento de entrada das mulheres na profissão se deu somente a partir do século XX. Durante a Colônia, Império e primeiros anos da República, os homens ocupavam os postos de trabalhos nas bibliotecas enquanto, coincidentemente, muitos dos discursos em torno da profissão neste período destacavam o caráter erudito desta.

⁴ KILOMBA, Grada. *Plantation memories: episodes of everyday racism*. Munster: UnrastVerlag, 2012.

Eram tão altas as exigências para que se ocupasse - sobretudo no final do século XIX e início do século XX – os bancos dos primeiros cursos formadores e os postos nas bibliotecas, que isso afastava as mulheres (já que elas possuíam pouco acesso à escolaridade) da profissão. O primeiro curso formador de profissionais bibliotecários ministrado pela Biblioteca Nacional (que teve início em 1915), por exemplo, buscava a formação de um profissional erudito, humanista e exímio conservador dos acervos, sendo que seu currículo dava prioridade a disciplinas relacionadas à teoria cultural, possuía duração de um ano e tinha como objetivo principal sanar as dificuldades existentes na biblioteca quanto à formação de pessoal (CASTRO, 2000; SILVEIRA, 2007). Sobre este período, Hugo Pires (2022, p. 96) destaca que, diante das inúmeras barreiras impostas às mulheres e pessoas das classes trabalhadoras para conseguirem estudar, “pode-se inferir que a profissão bibliotecária no Brasil era marcada pelas questões de gênero, destinadas a formar homens de notável erudição para assumirem os postos nas bibliotecas”.

Beatriz Sousa (2014) ressalta que a função intelectual e erudita da Biblioteconomia brasileira está relacionada à figura masculina e é um dos elementos que caracterizam a história das bibliotecas até a década de 1930, quando há no país a implantação do modelo estadunidense de formação bibliotecária, que deu início à formação de ênfase técnica e que limitou o caráter humanístico dos currículos formadores (SOUSA, 2014). A adoção de tal modelo mais tecnicista, conjugada à maior entrada de mulheres no mercado de trabalho, levou a uma maior procura delas pelos cursos. As mulheres dos estratos mais altos da sociedade passaram, nesse período, a buscar cursos que dessem uma formação intelectual e profissional. Coincidentemente (ou não) a adoção de currículos mais técnicos nos cursos de Biblioteconomia inseriu com maior afinco a profissão no rol de profissões “permitidas” para elas, profissões que não interferiam no destino que a sociedade esperava que elas cumprissem: o de cuidar da casa e da família.

Assim, as mulheres que buscavam o mercado de trabalho, optavam por profissões que se revelaram como “guetos femininos”, associadas aos discursos essencialistas difundidos de que existiria uma “vocação em servir”, um suposto dom natural feminino. Edilmar dos Santos Junior (2021) destaca que o discurso associado à profissão como um trabalho leve e que possuía como características as noções de cuidado, zelo e afabilidade levaram as mulheres das classes privilegiadas a se interessarem pela Biblioteconomia.

Cabe destacar que a oportunidade de cursar o ensino superior neste período se enquadra sob um recorte de classes. As mulheres pobres, em grande parte negras, sempre trabalharam fora de casa para que pudessem se manter, sejam como lavadeiras, engomadeiras, amas de leite, costureiras etc. Segundo Cláudia Fonseca (2018, p. 517), o discurso no começo do século XX de que a mulher deveria ficar em casa, resguardada e se ocupando dos afazeres domésticos, se ligava a um estereótipo calcado nos valores da elite colonial, “e muitas vezes espelhado nos relatos de viajantes europeus, que serviam como instrumento ideológico para marcar a distinção entre as burguesas e as pobres”.

Muitas mulheres e crianças pobres atuavam já como força de trabalho nas indústrias brasileiras no início do século XX. O contingente feminino, segundo Margareth Rago (2018), se concentrava nas fábricas de fiação e tecelagem, que possuíam baixa mecanização, estando em menor número nos setores de metalurgia e mobiliário, por exemplo. Muitas dessas mulheres estavam inseridas dentro do movimento operário e lideravam greves tornando-se personagens centrais nas mobilizações políticas contra a exploração do trabalho no interior das fábricas.

Para Sueli Carneiro (2013), quando se trata de falar da fragilidade feminina que justificou a proteção paternalista às mulheres por parte dos homens, está se falando de um contingente de mulheres que não inclui as negras. Estas trabalharam durante séculos nas lavouras, como vendedoras, quituteiras, prostitutas e que, por conta disso, não foram alcançadas e incluídas quando as feministas brancas diziam que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar, uma vez que já faziam isso.

Na Biblioteconomia, a segregação racial que ocorria na sociedade também foi espelhada nos cursos formadores. Edilmar dos Santos Junior (2021) destaca que somente em 1966, mais de 60 anos depois da instalação do primeiro curso de Biblioteconomia no Brasil, é que uma mulher negra conseguiu se formar no curso: Regina Santos Silva Tonini, que se graduou em Biblioteconomia e Documentação na Universidade Federal da Bahia em 1966. Segundo o autor, a mulher preta possui inúmeras barreiras para seguir qualquer ocupação, efeito este de uma sociedade que se pautou pela cor da pele para hierarquizar pessoas e de um Estado que “optou em dividir seus agentes pela cor de sua pele, racializando as relações hierarquizadas por quem detém os meios de produção e a chancela social da superioridade” (SANTOS JUNIOR, 2021, p. 141).

Mas se demorou para que a primeira mulher negra se formasse em Biblioteconomia no país, ao longo do tempo os cursos passaram a ser ocupados por pessoas negras e das classes menos abastadas da sociedade, fazendo com que a profissão bibliotecária se tornasse a profissão possível para quem, por exemplo, precisava trabalhar e estudar. Em 2006, um levantamento de Mauro Braga e Maria do Carmo Peixoto (2006) feito na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) junto aos cursos de graduação da universidade, demonstrava que os cursos que mais atraíam jovens negras/os e das camadas populares da sociedade eram os cursos com maior facilidade de aprovação no vestibular e o curso de Biblioteconomia se inseria nesta seara, dada a baixa concorrência histórica do curso (BRAGA; PEIXOTO, 2006).

Pode-se considerar, assim, que a profissão bibliotecária foi marcada pelas relações de gênero, étnico-raciais e de classe ao longo de sua história. Na trajetória de alguma das pessoas formadas no curso e entrevistadas, estas relações também se apresentaram seja na relação com colegas, seja durante a formação ou na atuação profissional.

A seguir, são apresentados excertos dessas entrevistas que ilustram, exemplarmente, essa interseccionalidade manifesta na Biblioteconomia.

4 GÊNERO, CLASSE E RAÇA NA TRAJETÓRIA DA PESSOA BIBLIOTECÁRIA

As relações desiguais entre os gêneros não agem só na vida das pessoas na sua identificação com determinado gênero, em seus gestos e nas ações, agem também na escolha de sua profissão. Quanto a este último aspecto, o gênero quando conjugado aos marcadores de classe e raça, possibilita que se note na vida das pessoas uma significativa diferença nas escolhas que elas fazem.

Tais aspectos e contrastes ficam claros na vida de duas entrevistadas. Branca, de 66 anos, branca, mulher heterossexual e cisgênero, pode ter um primeiro contato com a Biblioteconomia quando fez um estágio no arquivo de uma empresa e ficando em dúvida entre cursar Biblioteconomia e Medicina. Nas palavras da entrevistada

BEATRIZ (66 anos): [...] tanto que quando eu acabei o serviço... acabei o terceiro ano e eu estava pra fazer vestibular... ou Medicina ou Economia... aí eu resolvi passar pra Biblioteconomia porque eu tinha um grilo na área médica e que era o seguinte... eu não queria uma vida tão sacrificada quanto a de médico....

A possibilidade de escolha de Beatriz – que advém também da sua classe social, uma vez que seu pai era um prestigiado empresário e sua mãe, após se tornar viúva, se torna esteticista – contrasta com a trajetória de Tereza, de 73 anos, negra, heterossexual e cisgênero, filha de pais da classe trabalhadora – seu pai era ferroviário e sua mãe dona de casa, que não trabalhava fora para cuidar dos seus seis filhos –. Para ela, não havia a possibilidade de escolha entre dois cursos (e prestigiados socialmente como Medicina e Economia) porque a Biblioteconomia era o curso que possibilitaria que ela continuasse a estudar após o fim do Ensino Médio. Refletindo sobre o porquê de ter escolhido ser bibliotecária, ela demonstra que ser bibliotecária era a profissão possível para que ela pudesse ter um trabalho:

TEREZA (73 anos): Engraçado... não foi uma escolha de profissão... eu vou contar pra você como que foi... na época a universidade oferecia vinte e quatro cursos e dos vinte e quatro cursos o que eu me sentia mais atraída era exatamente Biblioteconomia entendeu? Eh :: assim a minha condição a condição.... a minha condição... a condição econômica minha seria o seguinte... ou estuda na UFMG ou não estuda... ou UFMG ou UFMG né? então o curso que mais me atraía era o de Biblioteconomia... muito embora eu não tivesse muita informação a respeito do curso...

A escolha racional de uma profissão é apresentada, muitas vezes, como uma característica mais ligada aos homens do que as mulheres, uma vez que pelas cobranças sociais impostas – de provedores do lar e da família –, eles optam por carreiras mais racionais que garantem empregabilidade e rendimentos compatíveis com suas necessidades. Nas entrevistas realizadas, os motivos racionais aparecem claramente tanto para as mulheres quanto para os homens entrevistados e o curso de Biblioteconomia se apresenta como o “curso possível” para a realização de uma faculdade. Carmen ficou em dúvida entre cursar Comunicação Social e Biblioteconomia, mas optou pelo segundo pela facilidade de ingresso e pela consciência de que, por ser oriunda de escola pública, teria mais dificuldades de ser aprovada para um curso mais concorrido, como o de Comunicação Social:

CARMEN (42 anos): [...] na época eu tinha aqueles livrinhos né? descrevendo as profissões e o que cada... cada curso do vestibular você faria... e aí Biblioteconomia foi o que mais se encaixou depois de Comunicação dentro dos meus desejos assim sabe?... e aí eu fui fazer inscrição... lá quando eu estava fazendo inscrição mesmo... no banco lá para fazer o negócio lá para dar o tique lá... eu troquei a primeira pela segunda opção... porque como eu vim de escola pública e quem vem de escola pública todo mundo que não vai passar no vestibular sem ter feito um cursinho muito caro... na minha época principalmente era assim e hoje

em dia eu também acho que é assim um pouco... aí eu falei “ai gente quer saber?... não estudei nada para esse vestibular... eu não fiz cursinho eu acho que vou trocar essa primeira pela segunda opção porque o número de candidatos por vaga tá um pouquinho menor” ou bastante menor né? porque Comunicação sempre foi muito concorrido... e assim fiz... mas aí para minha surpresa eu passei na primeira etapa... na minha época também tinham duas etapas né?... tinha prova aberta e prova fechada... e aí eu fui fazer um cursinho para passar na segunda etapa... e aí deu certo assim... mas nunca me arrependi assim... nunca nem pensei em trocar pra Comunicação... engraçado...

Dentro da atuação profissional, o gênero e raça articulados criam no imaginário social e no senso comum, a ideia de que as pessoas negras não ocupam ou não podem ocupar cargos de chefia ou posições de alto status nas empresas. Ellen, uma das entrevistadas negras, narra uma situação em que foi apresentada por outra pessoa a uma visitante como secretária da empresa, partindo do pressuposto de que ela não poderia ter uma posição superior àquela:

ELLEN (35 anos): [...] teve uma situação muito... muito eh:: muito chata... aonde uma colega de trabalho que não conhecia o setor trouxe uma... uma profissional pra poder... de outro estado pra conhecer a empresa... aí quando chegou no meu setor ela apresentou todos os colegas com especialidades e quando chegou na minha ela não sabia... ao invés dela perguntar ela já falou que eu era secretária... [...] É... Aí ela não... não falou assim “ah e você? Você faz o quê?”... ela estava apresentando a própria empresa pra uma pessoa que era de outro estado... então ela chegou “olha Fulano de tal é pediatra... Fulano de tal é cirurgião e essa aqui é a secretária” ... mas em vez de ela perguntar assim “ai você faz o quê né?”... pra eu poder apresentar não... aí a minha... minha liderança na época... minha chefe ficou muito estarecida na hora e falou “não ela é nossa bibliotecária e tudo”... aí ela ficou super sem graça... ela “ah eu não sabia”... mas por que que ela não perguntou? ela já pré-julgou que eu era secretária... e aí foi uma situação assim que na hora foi nítido né o preconceito... assim já pré-julgar que eu era a secretária do setor... e inclusive a secretária... pra piorar a situação... a secretária estava no setor e ela era loira do olho claro e aí na hora... que como ela estava mais afastada então ela me apresentou primeiro e depois ia chegar na secretária... então ela já tinha eh :: comunicado que eu era secretária do setor... isso foi uma situação bem pontual assim....

Já Tereza foi questionada por um colega de trabalho que, em uma fala racista e preconceituosa, se revoltou por ela ocupar o cargo de bibliotecária em que ela atuou por toda sua vida profissional:

TEREZA (73 anos): [...] é assim... “poxa eu eh :: eu poderia tá eh :: com muito mais eh :: brilho de estar ocupando esse cargo da minha”... “ como é que pode uma pessoa de origem pobre, negra, tá ocupando”... isso eu já ouvi...

Apesar do aumento observado nos últimos anos, pretas/os e pardas/os ainda entram em menor número nos estabelecimentos de ensino superior, sejam eles públicos ou privados. Edilza Sotero (2013) destaca que, a despeito da maior entrada de homens e mulheres negras no Ensino Superior e do aumento da escolaridade de ambos nos últimos anos, estes ainda estão em número consideravelmente menor se comparados com pessoas brancas.

Ainda que avanços educacionais tenham ocorrido nos últimos anos e proporcionado aumento de escolaridade e oportunidades no mercado de trabalho para as pessoas negras, para Márcia Lima, Flávia Rios e Danilo França (2013), eles não levaram a uma equalização nos estabelecimentos de ensino superior e no mercado de trabalho, onde estas desigualdades raciais se apresentam seja na busca pelo emprego, seja na ocupação de espaços e posições de liderança e prestígio dentro das empresas ou como proprietários/as dos próprios negócios. Neste sentido, o relato de Marco Aurélio, homem negro cisgênero, é elucidativo, quando ele teve seu conhecimento questionado ao ir ministrar uma aula para o curso de Medicina:

MARCO AURÉLIO (30 anos): Outro dia eu fui dar uma aula na medicina... chegou um sujeito loiro do olho verde e me perguntou assim: “você está acostumado a dar aula pra alunos de medicina?” e a professora do lado... e mais duas colegas bibliotecárias também... eu falei “uai. por que?” e ele “não, porque nós somos um público diferente, a gente tem demandas específicas, às vezes você pode não estar apto pra isso”... eu estava em pé... ele estava sentado.. eu falei “se você quiser trocar comigo, não tem problema, mas você sabe que... você sabe porque quem dá aula, o professor dá aula em pé e o aluno fica sentado? Porque quem está em pé sabe mais de quem está sentado. Mas não preocupa não que quem é do mar não enjoa”... [...]

No mesmo direcionamento, Ellen conta que foi questionada no ambiente de trabalho sobre como ela pagava o estacionamento e de como possuía um carro:

ELLEN (35 anos): [...] já fui questionada como que eu tinha condições de pagar o estacionamento... eu fui questionada como eu tive... como eu consegui comprar um carro [...]

Conforme explicitado por Márcia Lima, Flávia Rios e Danilo França (2013), o grau racial é o mais significativo quando se trata do ensino superior, uma vez que as mulheres brancas possuem maior taxa de escolarização, ao passo que os homens negros adentram menos nos cursos superiores. Conforme as falas das pessoas entrevistadas deixam claro, quando essas pessoas adentram ao ensino e ao mercado, elas sofrem discriminações

relativas decorrente de dúvidas em torno da suas capacidades e do lugar que ocupam nas empresas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações desiguais de raça-gênero-classe que permeiam a sociedade também se mostram presentes na história da Biblioteconomia brasileira e na trajetória das pessoas que atuam na área. A formação das identidades, as escolhas pessoais e profissionais, as relações interpessoais no ambiente de trabalho e os direcionamentos dados à formação são atravessados por esses marcadores hierarquizantes e pelas relações de poder.

Neste trabalho, apresentaram-se trechos de entrevistas realizadas com bibliotecárias/os que se formaram em diferentes momentos, visando identificar como as relações de gênero atuaram na vida dessas pessoas. Entretanto, durante as entrevistas, as relações de raça-classe também se mostraram em suas trajetórias, demonstrando que a interseccionalidade é um fator que não deve ser refutado nas análises de vida das pessoas que constroem e sustentam a Biblioteconomia – enquanto profissão e enquanto área do conhecimento – e que ela é um elemento que, dada a estrutura da sociedade brasileira, atua no lugar que a profissão bibliotecária ocupa.

Em uma sociedade alicerçada sobre relações desiguais de gênero-raça-classe, as relações de poder vão se fazer presentes, infelizmente, em todo o transcurso da vida das pessoas, sobretudo das que não se conformam aos padrões e expectativas criadas pela própria sociedade do lugar e espaço que elas devem ocupar. E mesmo quando elas se conformam e ocupam esse espaço pré-determinado – como no caso das mulheres que se direcionaram para profissões feminilizadas, como o caso da profissão bibliotecária – outros marcadores irão atuar para hierarquizar e classificar essas pessoas, fazendo com que estas, muitas vezes, continuem tendo que lidar com situações de preconceito e discriminação.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERALDO, Beatriz. O que é feminilidade? Papéis sociais e o feminismo contemporâneo. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL COMUNICAÇÃO E CONSUMO, 2014. **Anais [...]**. São Paulo: ESPM, 2014.

BRAGA, Mauro Mendes; PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. **Censo socioeconômico e étnico dos estudantes de graduação da UFMG**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 50-57.

CASTRO, César. **História da Biblioteconomia Brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Brasil: a inserção das mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: DIEESE, 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.html>. Acesso em: 27 jun. 2023.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTA DE INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES (FEBAB). **Censo da Biblioteconomia e Ciência da Informação Brasileira**. São Paulo: FEBAB, 2023. Disponível em: <https://censo.febab.org/painel-de-dados/>. Acesso em: 27 jun. 2023.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. *In*: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 510-553.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder (1982). *In*: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

FREITAS, Maria Ester de; DANTAS, Marcelo. **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, [s.l.], v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

KILOMBA, Grada. **Plantation memories: episodes of everyday racism**. Munster: UnrastVerlag, 2012.

LIMA, Márcia; RIOS, Flávia; FRANÇA, Danilo. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). *In*: MARCONDES, Mariana Mazzini et al. (org.). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. p. 53-80.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e gênero. *In*: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 222-231.

MELO, Iran Ferreira de Melo. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. **Letra Magna**, [s.l.], v. 5, n. 11, p. 1-18, 2009.

MIES, Maria. Social origins of the sexual divisions of labour. In: MIES, Maria. **Women: the last colony**. London: Zed Books, 1988, p. 67-95.

NASCIMENTO, Silvani Magali do; FERREIRA, Maria Mary; BATISTA, Ieda Cutrim. Gênero e universidade: uma abordagem na UFMA. In: PASSOS, Elizete Silva (Org.). **O gênero nas universidades do Norte e do Nordeste**. Salvador: UFBA, 1997.

PIRES, Hugo Avelar Cardoso. **Relações de gênero e a profissão bibliotecária na contemporaneidade: panorama nacional e os motivos da entrada masculina em curso majoritariamente feminino**. 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

PIRES, Hugo Avelar Cardoso. **As relações de gênero na trajetória da pessoa bibliotecária**. 2022. 291 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

PIRES, Hugo Avelar Cardoso; DUMONT, Ligia Maria Moreira. Relações de gênero e a profissão bibliotecária no Brasil. **Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação**, v. 1, p. 157-171, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. **Biblioteca como lugar de práticas culturais: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SANTOS JUNIOR, Edilmar Alcantara dos. Trajetória acadêmica na Biblioteconomia e na Ciência da Informação: onde estão as mulheres pretas? In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcés da (org.). **Bibliotecári@snegr@s: perspectivas feministas, antirracistas e decoloniais em Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2021. p. 119-160.

SOUSA, Beatriz Alves de. **O gênero na Biblioteconomia: percepção de bibliotecárias/os**. 2014. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

VALENTIN, Márcia Fernanda Ribeiro da C. Mulheres negras e racismo. In: RAMOS, Marcelo Maciel; VALENTIN, Márcia Fernanda Ribeiro da C.; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá (org.). **Dicionário jurídico do gênero e da sexualidade**. Salvador: Devires, 2022. p. 175-180.